



Aspectos éticos e legais em anestesiologia, questões éticas e legais, uma visão geral

Ethical and legal aspects in anesthesiology, ethical and legal issues, an overview

DOI: 10.56238/isevjhv3n2-010

Recebimento dos originais: 08/03/2024

Aceitação para publicação: 28/03/2024

Bruna Pereira

ORCID: 0000-0002-0916-0671

Médica pela Universidade Brasil, Fernandópolis, São Paulo

E-mail: bruupereira99@gmail.com

Nathália Marques Silva

ORCID: 0009-0009-7927-8112

Acadêmica de Medicina pela Universidade Brasil, Fernandópolis, São Paulo

E-mail: nathaliamarquess@hotmail.com

Luan Moraes Souza

ORCID: 0009-0001-9276-2461

Acadêmico de Medicina pela Universidade Brasil, Fernandópolis, São Paulo

E-mail: luanms1990@gmail.com

Lana Paola Almeida Santos Lima

ORCID: 0009-0007-6239-4577

Acadêmica de Medicina da Faculdade de Medicina de Presidente Prudente (FAMEPP)

Presidente Prudente, São Paulo

E-mail: lanapaolaalmeida@gmail.com

Diogenes Gustavo Vila Barbosa da Rocha

ORCID: 0009-0003-7459-2619

Acadêmico de Medicina pela Universidade Brasil, Fernandópolis, São Paulo

E-mail: dg_vilarocha@hotmail.com

José Guilherme Campos Martins

Orcid: 0009-0004-6533-130X

Acadêmico de Medicina do Centro Universitário de Adamantina, Adamantina, São Paulo

E-mail: Zehguilherme13@gmail.com

Giulia Victoria Silveira Nunes

ORCID: 0009-0001-1196-0387

Acadêmica de Medicina da União das Faculdades dos Grandes Lagos (UNILAGO), São José do Rio Preto, São Paulo

E-mail: giuliasilveiranunes@gmail.com



Gabriel Ayres Ferreira

ORCID: 0009-0004-1185-3575

Médico pela União das Faculdades dos Grandes Lagos (UNILAGO), São José do Rio Preto, São Paulo

E-mail: gferreira92@hotmail.com

Ranniery Caetano Sampaio Martins Frade

ORCID: 0009-0009-1824-8382

Médico pela Universidade Federal de Juiz de Fora

E-mail: rannieryfrade@gmail.com

RESUMO

Introdução: A prática da anestesiologia desempenha um papel crucial na medicina, assegurando o conforto e segurança dos pacientes durante procedimentos médicos e cirúrgicos. No entanto, essa especialidade enfrenta uma série de desafios éticos e legais. Este artigo aborda uma visão geral dessas questões, considerando a importância do respeito à autonomia do paciente e a conformidade com os padrões legais. **Métodos:** Para conduzir esta revisão, foram utilizados os seguintes descritores para busca nas bases de dados PubMed e MEDLINE: "Anesthesiology", "Ethical", "Questions", "Aspects", "Legal". Esses descritores foram combinados usando o operador booleano AND para garantir a precisão da pesquisa. Inicialmente, foram identificados 165 estudos relevantes. Após a exclusão de duplicatas, editoriais e artigos incompletos, 122 artigos foram considerados para análise. A seleção final incluiu a leitura completa de 24 artigos, dos quais 13 foram considerados relevantes para compor esta revisão. **Resultados:** Os anestesiológicos enfrentam dilemas éticos complexos, desde a obtenção do consentimento informado até a tomada de decisões em emergências. Além disso, há preocupações com a distribuição justa de recursos e o equilíbrio entre riscos e benefícios. No âmbito legal, existem regulamentações abrangentes relacionadas à responsabilidade profissional, documentação de procedimentos e uso de medicamentos e equipamentos. **Conclusão:** A prática da anestesiologia requer uma compreensão sólida dos aspectos éticos e legais envolvidos. É essencial respeitar a autonomia do paciente, obtendo seu consentimento livre e esclarecido. A reflexão ética constante e o cumprimento das regulamentações legais são fundamentais para garantir a prestação de cuidados de alta qualidade.

Palavras-chave: Anestesiologia, Aspectos éticos, Aspectos legais.

1 INTRODUÇÃO

Na prática médica, a anestesiologia desempenha um papel fundamental, garantindo o conforto, a segurança e o bem-estar dos pacientes durante procedimentos cirúrgicos e médicos. No entanto, por trás dessa especialidade médica crucial, há uma série de questões éticas e legais que permeiam suas práticas. Neste artigo, abordaremos uma visão geral dos aspectos éticos e legais em anestesiologia, explorando os desafios e dilemas enfrentados pelos profissionais dessa área (SANTOS, 2013; NETO et al. 2000).

Em um ambiente onde a vida e a saúde dos pacientes estão em jogo, é essencial que os anestesiológicos estejam cientes das considerações éticas que regem sua prática. Desde a obtenção



do consentimento informado até a tomada de decisões difíceis em emergências, os profissionais de anestesiologia enfrentam uma variedade de questões éticas complexas. Além disso, há preocupações relacionadas à distribuição justa de recursos, à relação entre riscos e benefícios e ao respeito à autonomia do paciente, que demandam uma reflexão ética constante (UDELSMANN,2006; MENESES, 2001) .

Paralelamente, a anestesiologia está sujeita a um arcabouço legal abrangente, que visa proteger tanto os pacientes quanto os profissionais de saúde. As leis relacionadas à prática anestésica abrangem uma variedade de áreas, incluindo responsabilidade profissional, registro e documentação de procedimentos, e regulamentação do uso de medicamentos e equipamentos. A compreensão dessas questões legais é fundamental para garantir a conformidade com os padrões profissionais e para evitar potenciais litígios (SANTOS, et al. 2013; FILHO et al. 2018).

Por meio desta análise, busca-se fornecer uma visão abrangente das questões éticas e legais que permeiam a prática da anestesiologia. Ao compreender esses aspectos, os profissionais de saúde podem melhorar sua tomada de decisão, promover o respeito aos direitos dos pacientes e garantir a prestação de cuidados de alta qualidade dentro de um quadro ético e legalmente sólido.

2 METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão narrativa da literatura, a qual foi feita mediante a determinação dos seguintes descritores pela plataforma MESH (Medical Subject Headings) e pode-se obter os seguintes descritores, os quais foram unidos pelo operador booleano AND: "Anesthesiology", "Ethical", "Questions", "Aspects", "Legal". A busca foi realizada na plataforma de direcionamento PUBMED, a qual indexa a base de dados MEDLINE (Sistema Online de Busca e Análise de Literatura Médica). Primeiramente, foram encontrados 165 estudos. Após essa primeira etapa, foram excluídos 24 artigos duplicados, 8 editoriais e 11 artigos incompletos, restando agora 122 artigos para serem analisados. Nessa etapa, foram lidos os títulos e resumos desses 98 artigos foram excluídos, pois não se adequaram ao tema do artigo. Posteriormente, realizou-se a leitura completa dos 24 artigos selecionados, e com isso 7 foram selecionados para compor essa revisão.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram selecionados 7 artigos publicados entre 2016 e 2023 que preencheram os critérios listados anteriormente para que compusessem a o quadro 1, a fim de resumir e expor de forma

sucinta a maior quantidade possível de informações acerca dos aspectos éticos e legais em anestesiologia.

Quadro 1: Detalhamento dos artigos selecionados

TÍTULO	AUTOR, ANO	OBJETIVOS	RESULTADOS	CONCLUSÕES
Aspectos éticos, legais e suas interfaces sobre o morrer	ALVES, et al. 2016.	Abordar a importância da conduta médica frente à morte. Apresenta a importância do cuidado com a vida humana, seus aspectos morais e éticos em um de seus momentos mais dolorosos, “o morrer”. E esclarecer bioéticas sobre o morrer através dos conceitos de eutanásia, distanásia e ortotanásia.	Os médicos são unânimes em concordar que os cuidados paliativos aumentam a qualidade de vida do paciente, mas apenas metade deles afirmou adotar esse procedimento, em decorrência à falta de treinamento dos profissionais de saúde, principalmente por ser um tema pouco abordado na formação acadêmica.	Demonstrou que existe apego dos familiares em relação ao ente querido, o processo de morte não deve ser prolongado e nem doloroso, assim como também não deve ser acelerado pelo médico. Como só os médicos podem constatar o diagnóstico de morte, estes também devem informá-la aos familiares. Sendo assim, a família deve encontrar no médico, mensagem de alívio e conforto.
Princípios bioéticos e legais da ortotanásia: uma revisão integrativa	COSTA, et al. 2023.	Verificar as bases éticas, científicas e legais referentes à ortotanásia, especialmente na visão bioética.	Os resultados demonstraram que essa prática é desafiadora, principalmente em um ambiente de terapia intensiva, onde os profissionais de saúde não se sentem amparados nessa situação.	Verificar as bases éticas, científicas e legais referentes à ortotanásia, especialmente na visão bioética. A partir deste estudo, percebeu-se que este manuscrito respondeu aos objetivos postos, em que permitiram adquirir informações sobre o tema e proporcionar uma visão maior do estudo.
Assistência médica ao morrer: questões éticas e legais	BATTIN, et al. 2023.	Enfocar os aspectos éticos, sociais e legais da assistência médica à morte (MAID), também conhecida como morte assistida por médico (PAD) e à eutanásia ativa voluntária (VAE).	Pacientes oncológicos são os principais usuários da VAE e/ou MAID. Entre os motivos mais comumente relatados para uma solicitação MAID estão a perda de autonomia, a incapacidade de participar de atividades agradáveis e a perda de dignidade.	Conclui-se que a MAID e/ou VAE são legais em vários países. Existe requisitos legais entre os países, incluindo se é necessária uma doença terminal.

<p>Entre a doença e a morte: “Eutanásia”</p>	<p>DUNÓN-PENICHE. 2020.</p>	<p>Aborda alguns aspectos relevantes como a determinação legal da morte, o campo de intervenção bioética, a terminologia relacionada à eutanásia, suas classificações, os instrumentos internacionais de promoção dos direitos humanos, bem como reflexões sobre a importância dos cuidados paliativos e o direito do paciente de ser em situação terminal agir de acordo com seus objetivos, expectativas e crenças, no contexto de suas relações familiares e sociais.</p>	<p>Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS) afirma que as definições de eutanásia não são precisas e podem variar de pessoa para pessoa, mas com alguns elementos em comum. A eutanásia tem sido essencialmente tratada por duas correntes filosóficas baseadas na ciência e na religião. Nos Estados Unidos da América, no Oregon, a eutanásia ativa é legal ao abrigo da Lei da Morte com Dignidade, que estabelece os requisitos para solicitar medicamentos que ponham fim à vida de forma humana e digna. Porém, a eutanásia no México é criminalizada.</p>	<p>Se faz necessário encontrar soluções que respondam às particularidades de cada cultura e país. Sendo esse tema um tema muito sensível e importante, merece um debate ético e jurídico, referindo-se a defesa da dignidade humana e a preocupação para que o exercício da medicina mantenha o sentido humanístico que o tem caracterizado.</p>
<p>Bioética e anestesia: um estudo reflexivo de publicações da Revista Brasileira de Anestesiologia</p>	<p>SANTOS. 2021.</p>	<p>Propõe a análise da produção bibliográfica referente ao tema Bioética, em forma de artigos, da Revista Brasileira de Anestesiologia, entre os anos 1999 e 2009.</p>	<p>Observou-se que o tema mais emergente refere-se aos ideais da Bioética, destacando-se o ideal do Princípioalismo. E distinguem-se três ideais: Princípioalismo, humanismo e respeito ao Código de Ética Médica (CEM).</p>	<p>A Bioética ainda é considerada um ideal a ser atingido, encontrando dificuldade no âmbito de aplicação na prática diária da Anestesiologia. Ressalta-se a necessidade de se realizarem estudos que abordem a Anestesia e a Bioética de maneira mais específica, refletindo problemáticas que envolvam ambos os temas.</p>
<p>Consentimento livre e esclarecido na anestesiologia</p>	<p>CALLEGARI, et al. 2020.</p>	<p>Discorrer sobre o termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE), compreendido como a aprovação expressa ou tácita do paciente quanto a participar de um procedimento diagnóstico ou terapêutico, que, no entanto, não é obrigatório para o procedimento anestésico.</p>	<p>Aponta a necessidade de revisão periódica dos códigos de ética médica. Com isso, em segundo lugar, a especialidade médica mais susceptível é a Anestesiologia no meio médico. Sendo assim, considerando a relação médico-paciente, o consentimento livre e esclarecido (TCLE) se faz necessário para a definição e/ou realização de um procedimento diagnóstico ou terapêutico.</p>	<p>É conveniente que médicos anestesiológicos adotem o TCLE em sua prática laboral, visando tanto a respaldar o profissional quanto a proteger a autonomia do paciente, que desta forma pode exercer seu direito de escolha.</p>



<p>Dever ético e legal do anestesiolgista frente ao paciente testemunha de Jeová: protocolo de atendimento</p>	<p>TAKASCHIMA, et al. 2019.</p>	<p>Estabelecer um protocolo de atendimento do paciente testemunha de Jeová com ênfase no dever ético e legal do anestesiolgista.</p>	<p>O CFM juntamente com o Código Penal no artigo 135, classifica como crime a omissão de socorro e impõem ao médico a obrigação de transfusão quando houver risco de vida. Não é necessário concordância do paciente ou de seu responsável, pois não é proibida a manifestação de vontade do paciente testemunha de Jeová ao recusar transfusão sanguínea para si e seus dependentes, mesmo em emergências.</p>	<p>O anestesiolgista deve dominar conhecimentos jurídicos específicos para atender esses pacientes. Deve dominar conhecimentos jurídicos específicos para atender esses pacientes. Entender como o direito e o Conselho Federal de Medicina tratam essa questão é fundamental para saber agir dentro desse contexto. Sendo assim, com base em decisões proferidas pelo Judiciário brasileiro, na Constituição, no Código Penal, no Código de Ética Médica e em resoluções do Conselho Federal de Medicina (CFM) elaboraram um protocolo de atendimento anesthesiológico de testemunhas de Jeová que necessitam de transfusão.</p>
--	---------------------------------	--	---	---

Fonte: Autoria própria.

De maneira unânime, os artigos destacam a importância crítica de considerar e abordar os aspectos éticos e legais em anestesiologia. Ao enfrentar esses desafios de maneira ética e legalmente responsável, os profissionais de saúde podem garantir a prestação de cuidados de qualidade, respeitando os direitos e dignidade dos pacientes.

A anestesiologia é uma área da medicina que envolve diversos aspectos éticos e legais. A relação entre o médico anestesiolgista e o paciente levanta questões importantes que devem ser consideradas para garantir uma prática segura e responsável.

No que diz respeito aos aspectos éticos, a ética médica exige que o anestesiolgista respeite a autonomia do paciente e busque obter o seu consentimento livre e esclarecido antes de qualquer procedimento anestésico. Esse consentimento deve ser obtido de forma completa, informando ao paciente sobre os riscos, benefícios e alternativas disponíveis. Conforme mencionado por Callegari e Oliveira (2020), o consentimento livre e esclarecido é fundamental para que o paciente possa tomar decisões conscientes sobre sua saúde.



Contudo, a ética também requer que o anestesiológico mantenha a confidencialidade das informações do paciente, respeitando sua privacidade e sigilo médico. Essa confidencialidade é fundamental para estabelecer uma relação de confiança entre médico e paciente, conforme destacado por Santos (2013).

No que se refere aos aspectos legais, a prática da anestesiologia deve estar de acordo com as leis e regulamentações vigentes. O anestesiológico deve possuir a devida habilitação e estar registrado nos órgãos competentes, garantindo assim a segurança e qualidade do atendimento prestado. Além disso, o anestesiológico deve seguir as normas estabelecidas pelos conselhos de medicina e demais órgãos reguladores.

Questões legais também podem surgir em situações específicas, como no caso de pacientes testemunhas de Jeová, que se opõem a transfusões de sangue. Nesses casos, o anestesiológico deve estar preparado para lidar com essa situação de forma ética e legal, respeitando as crenças do paciente e garantindo a sua segurança, como mencionado por Takaschima et al. (2019).

Além disso, a ética também requer que o anestesiológico mantenha a confidencialidade das informações do paciente, respeitando sua privacidade e sigilo médico. Essa confidencialidade é fundamental para estabelecer uma relação de confiança entre médico e paciente, conforme destacado por Santos (2013).

No que se refere aos aspectos legais, a prática da anestesiologia deve estar de acordo com as leis e regulamentações vigentes. O anestesiológico deve possuir a devida habilitação e estar registrado nos órgãos competentes, garantindo assim a segurança e qualidade do atendimento prestado. Além disso, o anestesiológico deve seguir as normas estabelecidas pelos conselhos de medicina e demais órgãos reguladores.

Questões legais também podem surgir em situações específicas, como no caso de pacientes testemunhas de Jeová, que se opõem a transfusões de sangue. Nesses casos, o anestesiológico deve estar preparado para lidar com essa situação de forma ética e legal, respeitando as crenças do paciente e garantindo a sua segurança, como mencionado por Takaschima et al. (2019).

Uma visão geral dos aspectos éticos e legais em anestesiologia revela a importância de uma prática responsável e ética, garantindo o respeito à autonomia do paciente, a obtenção do consentimento livre e esclarecido, a confidencialidade das informações e o cumprimento das leis e regulamentações. Essas questões devem ser constantemente discutidas e refletidas pelos profissionais da área, visando sempre o bem-estar do paciente e a excelência na prestação de cuidados anestésicos.



Uma visão geral dos aspectos éticos e legais em anestesiologia revela a importância de uma prática responsável e ética, garantindo o respeito à autonomia do paciente, a obtenção do consentimento livre e esclarecido, a confidencialidade das informações e o cumprimento das leis e regulamentações. Essas questões devem ser constantemente discutidas e refletidas pelos profissionais da área, visando sempre o bem-estar do paciente e a excelência na prestação de cuidados anestésicos.

4 CONCLUSÃO

A relação entre o médico anestesiológico e o paciente levanta questões importantes que devem ser consideradas para garantir uma prática segura e responsável.

No que diz respeito aos aspectos éticos, a ética médica exige que o anestesiológico respeite a autonomia do paciente e busque obter o seu consentimento livre e esclarecido antes de qualquer procedimento anestésico.

Esse consentimento deve ser obtido de forma completa, informando ao paciente sobre os riscos, benefícios e alternativas disponíveis. O consentimento livre e esclarecido é fundamental para que o paciente possa tomar decisões conscientes sobre sua saúde.



REFERÊNCIAS

- ALVES, Natália Lima; CASAGRANDE, Maria Lourdes. Aspectos éticos, legais e suas interfaces sobre o morrer. UNITPAC. v. 9. n. 1. fev. 2016.
- BATTIN, Margaret P; POPE, Thaddeus M; SHAVELSON, Lonny. Assistência médica ao morrer: questões éticas e legais. UPTODATE. 2023.
- CALLEGARI, Desiré; OLIVEIRA, Reinaldo Ayer de. Consentimento livre e esclarecido na anestesiologia. Revista Bioética. v. 18. n. 2. p. 363-372. 2020.
- COSTA, Ana Juciane; MAURIZ, Patrícia Cristine Bezerra Tavares; LOPES, Elisson Fernando Silva; et al. Brazil Journal of Health Review. v.6. n. 2. p. 6809-6828. abril. 2023.
- DUBÓN-PENICHE, Ma Del Carmen; BUSTAMANTE-LEIJA, Luis E Bustamante. Entre a doença e a morte: “Eutanásia”. PUBMED. 2018.
- FILHO, Iel Marciano de Moraes; ALMEIDA, Rogério José de; FIDELIS, Ariana; et al. Eletroconvulsoterapia: Implicações Éticas e Legais. Revista Científica Sena Aires. v. 7. n. 3. p. 228-240. out. 2018.
- MENESES, José Abelardo Garcia de. Dilemas bioéticos na prática da anestesia. Brazilian Journal of Anesthesiology. v. 51. n. 5. p. 426-430. 2001.
- NETO, Onofre Alves; GARRAFA, Volnei. Anestesia e Bioética. Revista Brasileira de Anestesiologista. v. 50. n. 2. p. 178-188. 2000.
- SANTOS, Maria de Fátima Oliveira dos. Aspectos éticos considerados na relação médico-paciente: vivências de anestesiolistas. SCIELO. Revista Brasileira de Anestesiologia. out. 2013.
- SANTOS, Maria de Fátima Oliveira dos. Bioética e anestesia: um estudo reflexivo de publicações da Revista Brasileira de Anestesiologia. SCIELO. Revista Brasileira de Anestesiologia. 2021.
- SANTOS, Maria de Fátima Oliveira dos; OLIVEIRA, Harison José de; OLIVEIRA, Osleuse Rocha de; et al. Contribuições da bioética para o anestesiolista: uma visão teórica. Revista de Ciências da Saúde Nova Esperança. p. 60-70. jun. 2013.
- TAKASCHIMA, Augusto Key Karazawa; SAKAE, Thiago Mamôru; TAKASCHIMA, Renata dos Santos Teodoro; et al. Dever ético e legal do anestesiolista frente ao paciente testemunha de Jeová: protocolo de atendimento. SCIELO. Revista Brasileira de Anestesiologia. 2019.
- UDELSMANN, Artur. Bioética: aspectos de interesse do anestesiolista. SCIELO. Revista Brasileira de Anestesiologia. jun. 2006.